

**INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO
CENTRAL – RS – ICCC - RS**

Santa Maria – RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Diretores e Conselheiros da
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCC - RS
Santa Maria/RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCC - RS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCC - RS** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2.002/15-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000/16-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incorporação Patrimonial das operações da Instituição Comunitária de Crédito Portosol

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 16 – Incorporação Patrimonial e Abertura de Filial, que trata da abertura de filial, referente a incorporação das operações e Patrimônio Social da Instituição Comunitária de Crédito – Portosol, realizada no exercício de 2022.

Covid-19

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 17 - Eventos Subsequentes – Covid-19, sobre as avaliações dos riscos e incertezas que estão sendo avaliados pela Companhia em relação aos impactos futuros em suas operações e sua continuidade operacional, ocasionado pela pandemia atualmente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma/SC, 15 de fevereiro de 2023.

VALUTARE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC nº 10.314/O-1

RAMON VICTOR ROSENG ZANETTE
Contador CRC/SC nº 037.344/O-1
Auditor Independente CNAI nº 5.005

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL - RS - ICC - RS
CNPJ Nº 04.980.817/0001-24
Santa Maria - RS

BALANÇO PATRIMONIAL EM
(Valores Expressos em Reais)

A T I V O

		31/dez./2022	31/dez./2021
CIRCULANTE	Nota:	21.906.502,95	16.115.925,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	5.048.784,88	2.140.633,81
Caixa e Bancos		7.865,92	67.270,14
Aplicações de Liquidez Imediata		5.040.918,96	2.073.363,67
DIREITOS REALIZÁVEIS		16.857.599,64	13.973.418,18
Operações - Programa de Crédito	5	23.633.289,74	19.428.616,42
(-) Provisão P.C.L.D	6	(1.490.724,67)	(1.146.182,42)
(-) Rendas a Apropriar	7	(5.332.341,91)	(4.320.006,26)
Créditos Empregados		44.476,48	9.640,44
Outros Direitos Realizáveis		2.900,00	1.350,00
Despesas Antecipadas		118,43	1.873,01
Seguros Vigentes		118,43	1.873,01
NÃO CIRCULANTE		3.514.817,68	2.864.913,92
DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		3.171.008,45	2.631.529,70
Operações - Programa de Crédito	5	4.489.230,99	3.681.916,91
(-) Provisão P.C.L.D	6	(402.623,55)	(283.889,21)
(-) Rendas a Apropriar	7	(915.598,99)	(766.498,00)
INVESTIMENTOS		183.426,29	121.724,28
SC Garantias		183.426,29	121.724,28
IMOBILIZADO	8	160.382,94	111.659,94
Imobilizado em Uso		283.329,34	199.738,87
(-) Depreciações Acumuladas		(122.946,40)	(88.078,93)
ATIVO TOTAL		25.421.320,63	18.980.838,92

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL - RS - ICC - RS
CNPJ Nº 04.980.817/0001-24
Santa Maria - RS

BALANÇO PATRIMONIAL EM
(Valores Expressos em Reais)

PASSIVO

		31/dez./2022	31/dez./2021
CIRCULANTE	Nota:	2.440.365,19	2.955.160,21
Fornecedores		8.239,99	164,29
Empréstimos e Financiamentos - Bancários	9	1.470.892,31	2.246.594,79
Empréstimos e Financiamentos - Mútuos	10	457.425,19	404.365,88
Provisões Trabalhistas	11	341.517,39	208.190,65
Obrigações Tributárias		52.576,63	27.422,47
Encargos Sociais		79.271,46	56.480,74
Outras Obrigações		30.442,22	11.941,39
NÃO CIRCULANTE		15.086.009,75	9.352.735,34
Empréstimos e Financiamentos - Bancários	9	15.086.009,75	9.352.735,34
PATRIMÔNIO SOCIAL	12	7.894.945,69	6.672.943,37
Fundo Patrimonial		7.894.945,69	6.672.943,37
TOTAL DO PASSIVO		25.421.320,63	18.980.838,92

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL - RS - ICC - RS
CNPJ Nº 04.980.817/0001-24
Santa Maria - RS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM
(Valores Expressos em Reais)

	01/jan./2022	01/jan./2021
	a	a
	31/dez./2022	31/dez./2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>11.726.655,56</u>	<u>8.888.333,07</u>
Receitas Operações Crédito	10.103.912,00	8.018.402,13
Receitas de Recuperação de Créditos	223.466,86	225.450,03
Reversão Créditos de Liquidação Duvidosa	779.506,39	336.067,00
Receitas Financeiras	392.127,04	47.374,19
Outras Receitas Operacionais	227.643,27	261.039,72
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(10.823.595,97)</u>	<u>(7.421.429,81)</u>
Despesas de Captação de Recursos	(2.648.293,76)	(2.117.692,58)
Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.227.498,92)	(1.067.822,72)
Despesas com Perdas de Operações de Crédito	(1.684.445,28)	(577.822,94)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.263.297,97)	(3.656.846,67)
Despesas Financeiras	(60,04)	(1.244,90)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u><u>903.059,59</u></u>	<u><u>1.466.903,26</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL - RS - ICC - RS
CNPJ Nº 04.980.817/0001-24
Santa Maria - RS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores Expressos em Reais)

MUTAÇÕES / CONTAS	FUNDO PATRIMONIAL	SUPERÁVITS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/2020	5.206.040,11	-	5.206.040,11
Superávit do Exercício	-	1.466.903,26	1.466.903,26
Transferência Fundo Patrimonial	1.170.493,23	(1.170.493,23)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2021	6.376.533,34	296.410,03	6.672.943,37
Superávit do Exercício	-	903.059,59	903.059,59
Incorporação Patrimonial	318.942,73	-	318.942,73
Transferência Fundo Patrimonial	903.059,59	(903.059,59)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2022	7.598.535,66	296.410,03	7.894.945,69
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.222.002,32	-	1.222.002,32

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL - RS - ICC - RS
CNPJ Nº 04.980.817/0001-24
Santa Maria - RS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM
(Valores Expressos em Reais)

	01/jan./2022	01/jan./2021
	a	a
	31/dez./2022	31/dez./2021
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.276.130,42)	(1.220.638,67)
Superávit (Déficit) do Exercício	903.059,59	1.466.903,26
Ajustado por:		
Depreciação do Período	34.867,47	14.224,16
Constituição (Reversão) do P.C.L.D.	463.276,59	(731.755,72)
Variações nos Ativos		
Contas a Receber	(3.850.550,76)	(2.018.019,93)
Outros Ativos	(34.631,46)	(251,68)
Variações nos Passivos		
Obrigações Trabalhistas	156.117,46	41.961,31
Obrigações Fiscais	25.154,16	6.595,15
Outras Obrigações	26.576,53	(295,22)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(145.292,48)	(168.699,35)
Operações com Imobilizado de Uso	(83.590,47)	(168.699,35)
Operações com SC Garantias	(61.702,01)	-
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.329.573,97	1.517.251,63
Varição em Empréstimos Tomados	5.010.631,24	1.517.251,63
Incorporação Patrimonial	318.942,73	-
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.908.151,07	127.913,61
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.140.633,81	2.012.720,20
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5.048.784,88	2.140.633,81

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS ICC - RS
CNPJ: 04.980.817/0001-24
Santa Maria - RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO 2022
(Valores expressos em reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CREDITO CENTRAL - RS – ICC -RS**, em operação desde 05/04/2002, é uma associação privada, sem fim econômico, com autonomia administrativa e financeira, instituída sobre a forma de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal 9.790/99, que tem por objetivo social a promoção do desenvolvimento social e o combate à pobreza, proporcionando aos micro e pequenos empreendedores, formais ou informais, condições de acesso ao crédito.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da instituição em 15 de fevereiro de 2023.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e com a Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, juntamente com o Manual do Plano de Contas Contábil para OSCIP de Microcrédito, editado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em atendimento ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, criado pela Lei nº 11.110/05. Também em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, exceto quanto a seção 27.

b) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1).

c) Moeda Funcional

A Administração da Instituição definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da NBC TG 1000 (R1).

d) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de

liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Instituição revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

e) Ajuste a Valor Presente

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1).

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Instrumentos Financeiros

NÃO DERIVATIVOS

A Instituição reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição desreconhece o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Instituição transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Instituição tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Instituição tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Instituição não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são avaliados pelo valor justo através do resultado se a Instituição gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. A Instituição não possui instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado.

A Instituição possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de Bancos e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

Sobre as aplicações financeiras são reconhecidos os rendimentos *pro rata temporis*.

Recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de operações – programa de crédito.

Exigíveis: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de financiamentos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados por instituições financeiras e outras contas a pagar.

b) Operações – Programa de Crédito

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, atualizados até a data do balanço, líquido dos juros a receber futuros.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa teve como referência os parâmetros definidos na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), considerando-se os critérios e percentuais descritos na Resolução supracitada, conforme orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, descritas no Manual do Plano de Contas Contábil para OSCIP de Microcrédito e Comunicado AMCRED-SC e normativas posteriormente emitidas.

d) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, sendo depreciados com base no método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, às seguintes taxas:

Conta	Depreciação
Computadores e Periféricos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% a.a.
Veículos	20% a.a.

e) Instituições Financeiras

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido da Instituição Financeira, incluindo os custos da transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com encargos financeiros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os encargos financeiros são incluídos à rubrica Encargos com Capitação de Recursos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Instituição tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

f) Provisões Trabalhistas e Encargos

As provisões trabalhistas são reconhecidas tendo como base as obrigações assumidas pela instituição, referentes a eventos futuros, atendendo a legislação trabalhista em vigor e ao princípio contábil da competência.

g) Rendas com Operações de Crédito

As rendas com operações de créditos são reconhecidas em base linear, durante o contrato de empréstimo para clientes, seguindo-se as determinações contratuais e o princípio contábil da competência. Para os contratos com parcelas vencidas a mais de 60 (sessenta dias), a apropriação de juros se dá pelo efetivo recebimento.

h) Juros, Mora e Multa por Atraso

Refere-se a encargos financeiros conforme disposições contratuais e de mercado, apropriados sobre os valores a receber de clientes que se encontram em atraso, atualizando tais créditos em montante não superior ao permitido pelos órgãos reguladores.

i) Perdas no Recebimento de Créditos

Os contratos decorrentes de operações de créditos que se encontram vencidos a mais de 360 (trezentos e sessenta) dias, são reconhecidos em sua totalidade para Perdas, apropriados em despesa operacional.

No momento em que tais recursos são recebidos pela instituição, é reconhecida uma receita, apropriada à rubrica Recuperação de Créditos Baixados para Perdas.

j) Apuração do Superávit

As receitas e as despesas decorrentes das atividades da Instituição foram reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

k) Isenção Tributária

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como instituição de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi constituída, a instituição possui isenção do IRPJ e do recolhimento das Contribuições Sociais, conforme artigo n.º 174 do Decreto 3.000/99 e artigo n.º 15 da Lei n.º 9.532/97.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por valores disponíveis e aplicações financeiras com prazos para resgate inferiores a 90 dias:

Descrição	2022	2021
Caixa	304,68	490,82
Bancos Contas Operacionais	7.561,24	66.779,32
Aplicações Financeiras	5.040.918,96	2.073.363,67
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	5.048.784,88	2.140.633,81

NOTA 5 – OPERAÇÕES – PROGRAMA DE CRÉDITO

São operações de crédito para capital de giro e fixo (investimentos) destinados às atividades produtivas de pequenos empreendedores. Compõem o saldo desta conta o capital emprestado somado a juros remuneratórios sobre este capital, ou seja, o valor da carteira vigente. Os critérios de lançamento das operações de crédito permanecem iguais ao ano anterior, sendo registradas e controladas conforme a origem dos recursos no curto e longo prazo, ficando assim demonstrados:

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fundo Próprio	4.145.844,50	1.172.658,26	3.195.356,78	982.952,89
BRDE	2.443.230,10	658.643,54		
Caixa Econômica Federal	-	-	7.354,28	-
BNDES	16.357.217,97	2.210.839,83	15.578.496,28	2.220.887,02
Renegociados	686.997,17	447.089,36	647.409,08	478.077,00
Total - Operações – Programa de Crédito	23.633.289,74	4.489.230,99	19.428.616,42	3.681.916,91

NOTA 6 – PROVISÃO P.C.L.D.

Com o intuito de padronização entre as instituições de microcrédito e visando adequar-se à Resolução 2682/99 do BACEN, que classifica as operações de crédito em ordem crescente de risco, a fim de atender o disposto na referida Resolução, por estar a Carteira Ativa da Instituição constituída da seguinte forma:

Exercício 2022

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Provisão	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
AA - em dia	11.456.230,08	2.384.154,83	13.840.384,91	0,50%	(57.281,15)	(11.920,77)	(69.201,92)
A - 01 a 14 dias	1.213.675,92	213.944,89	1.427.620,81	0,50%	(6.068,38)	(1.069,72)	(7.138,10)
B - 15 a 30 dias	1.837.304,45	279.088,74	2.116.393,19	1,00%	(18.373,04)	(2.790,89)	(21.163,93)
C - 31 a 60 dias	1.370.619,56	169.323,37	1.539.942,93	3,00%	(41.118,59)	(5.079,70)	(46.198,29)
D - 61 a 90 dias	503.935,25	84.638,46	588.573,71	10,00%	(50.393,53)	(8.463,85)	(58.857,38)
E - 91 a 120 dias	392.201,26	77.931,44	470.132,70	30,00%	(117.660,38)	(23.379,43)	(141.039,81)
F - 121 a 150 dias	387.037,40	76.886,08	463.923,48	50,00%	(193.518,70)	(38.443,04)	(231.961,74)
G - 151 a 180 dias	291.725,05	70.156,72	361.881,77	70,00%	(204.207,54)	(49.109,70)	(253.317,24)
H - maior 180 dias	802.097,02	262.366,45	1.064.463,47	100,00%	(802.097,02)	(262.366,45)	(1.064.463,47)

Exercício 2021

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Provisão	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
AA - em dia	9.666.916,38	1.919.228,40	11.586.144,78	0,50%	(48.334,58)	(9.596,14)	(57.930,72)
A - 01 a 14 dias	1.004.143,50	187.103,36	1.191.246,86	0,50%	(5.020,72)	(935,52)	(5.956,24)
B - 15 a 30 dias	1.693.019,57	236.818,20	1.929.837,77	1,00%	(16.930,20)	(2.368,18)	(19.298,38)
C - 31 a 60 dias	854.893,55	189.087,77	1.043.981,32	3,00%	(25.646,81)	(5.672,63)	(31.319,44)
D - 61 a 90 dias	458.381,15	60.477,31	518.858,46	10,00%	(45.838,12)	(6.047,73)	(51.885,85)
E - 91 a 120 dias	296.301,21	45.906,31	342.207,52	30,00%	(88.890,36)	(13.771,89)	(102.662,25)
F - 121 a 150 dias	237.330,80	54.533,64	291.864,44	50,00%	(118.665,40)	(27.266,82)	(145.932,22)
G - 151 a 180 dias	263.371,57	85.966,46	349.338,03	70,00%	(184.360,10)	(60.176,52)	(244.536,62)
H - maior 180 dias	612.496,14	158.053,77	770.549,91	100,00%	(612.496,13)	(158.053,78)	(770.549,91)

Seguindo o padrão estabelecido nas operações de crédito, a PCLD também foi reagrupada contabilmente de forma a consolidar seus valores por fundo de crédito, conforme segue demonstrado no curto e longo prazo:

PCLD Por Fundo	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo Próprio	(409.512,94)	(132.747,21)	(542.260,15)	(173.332,99)	(16.851,91)	(190.184,90)
BRDE	(26.460,60)	(7.654,72)	(34.108,98)			-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(1.903,19)	-	(1.903,19)
BNDES	(712.664,00)	(34.926,87)	(747.590,87)	(675.609,43)	(35.681,29)	(711.290,72)
Renegociados	(342.087,13)	(227.294,75)	(569.381,88)	(295.336,81)	(231.356,01)	(526.692,82)
Saldo Líquido	(1.490.724,67)	(402.623,55)	(1.893.341,88)	(1.146.182,42)	(283.889,21)	(1.430.071,63)

NOTA 7 – RENDAS A APROPRIAR

Referem-se aos juros remuneratórios sobre o capital emprestado, embutidos nas prestações a receber dos clientes. Contabilmente foram abertos os valores conforme os fundos que originam os créditos. O critério adotado pela Instituição é de registro financeiro e contábil das receitas de operações de crédito conforme a sua realização. Os valores a serem computados em períodos futuros estão demonstrados na tabela abaixo no curto e longo prazo:

Rendas por Fundo	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo Próprio	(1.047.439,59)	(268.983,67)	(1.316.423,26)	(773.337,86)	(244.589,26)	(1.017.927,12)
BRDE	(667.966,96)	(123.590,12)	(791.557,08)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(737,00)	-	(737,00)
BNDES	(3.402.935,45)	(352.188,14)	(3.755.123,59)	(3.357.278,23)	(345.209,00)	(3.702.487,23)
Renegociados	(213.999,91)	(170.837,06)	(384.836,97)	(188.653,17)	(176.699,74)	(365.352,91)
Saldo Líquido	(5.332.341,91)	(915.598,99)	(6.247.940,90)	(4.320.006,26)	(766.498,00)	(5.086.504,26)

NOTA 8 – IMOBILIZADO

São os bens tangíveis da Instituição, com a seguinte movimentação no exercício de 2022:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Aquisições / Depreciações	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado Líquido	111.659,94	48.723,00	160.382,94
Imobilizado em Uso	199.738,87	83.590,47	283.329,34
Máquinas e Equipamentos	51.619,56	18.282,97	69.902,53
Instalações	4.838,51	11.500,00	16.338,51
Móveis e Utensílios	36.695,01	19.935,00	56.630,01
Computadores e Periféricos	77.849,34	33.872,50	111.721,84
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	28.736,45	-	28.736,45
(-) Depreciações Acumuladas	(88.078,93)	(34.867,47)	(122.946,40)
(-) Dep. Acum. Máquinas e Equipamentos	(18.929,25)	(10.251,83)	(29.181,08)
(-) Dep. Acum. Instalações	(4.838,51)	(1.055,18)	(5.893,69)
(-) Dep. Acum. Móveis e Utensílios	(25.908,21)	(4.429,94)	(30.338,15)
(-) Dep. Acum. Computadores e Periféricos	(35.177,66)	(17.981,02)	(53.158,68)
(-) Dep. Acum. Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(3.225,30)	(1.149,50)	(4.374,80)

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - BANCÁRIOS

São compostos, substancialmente, por recursos captados em outras instituições financeiras, repassados e, sujeitos a correção de encargos como segue:

Instituição	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	1.402.260,64	9.138.218,19	10.540.478,83	2.246.594,79	9.352.735,34	11.599.330,13
CEF	68.631,67	-	68.631,67	-	-	-
BRDE	-	5.947.791,56	5.947.791,56	-	-	-
Total	1.470.892,31	15.086.009,75	16.556.902,06	2.246.594,79	9.352.735,34	11.599.330,13

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – MUTUOS

São recursos financeiros tomados junto a terceiros, sendo estes empregados na concessão de empréstimos a micro e pequenos empreendedores. Estão demonstrados pelos valores originais acrescidos dos encargos contratados. Ao final do exercício de 2022, apresentava um saldo de R\$ 457.425,19 ante R\$ 404.365,88 em 2021.

NOTA 11 – PROVISÕES TRABALHISTAS

Referem-se a provisão de férias e foi constituída para cobertura de férias vencidas e proporcionais, inclusive adicional de 1/3, acrescidas dos encargos sociais correspondentes, apropriadas até a data do Balanço

NOTA 12 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social, correspondente ao Fundo Patrimonial, encerrou o exercício com o montante acumulado em 7.894.945,69 (sete milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), decorrente de superávits e déficits acumulados de exercícios anteriores.

Em atendimento ao item 15 da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, os superávit e déficits de exercícios anteriores e do exercício atual foram incorporados ao saldo de Patrimônio Social.

Em caso de extinção da Instituição, seu patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica, sem fins lucrativos, também registrada no Ministério da Justiça, respeitados os casos previstos, compromissos e convênios firmados na legislação vigente e, preferencialmente, que tenha o mesmo objetivo social.

Também é importante destacar que, neste montante, também consta o saldo referente a incorporação patrimonial da Instituição Comunitária de Crédito – Portosol, realizada no exercício de 2022, no valor de R\$ 318.942,73

NOTA 13 – COBERTURA DE SEGUROS

A Instituição mantém contrato de seguro predial conforme apólice n.º 517720196R180009052 da seguradora Allianz Seguros S.A, com vigência de 03/2022 a 03/2023.

NOTA 14 – CONTINGÊNCIAS

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a Instituição divulga abaixo os processos no qual figura como autora e, conforme avaliação do setor jurídico, para o exercício encerrado de 2022, estava com a seguinte composição:

Possibilidade de Êxito	Valor da Ação (R\$)
Provável Ganho	5.124.017,78
Possível Ganho	827.330,97
Probabilidade Remota	665.369,91
Total	6.616.718,66

NOTA 15 – REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em conformidade com os requisitos necessários à imunidade e isenções tributárias previstos no Decreto 3000/1999 e na Lei 12.101/2009, a Instituição não distribui lucros, dividendos ou bonificações a membros dos órgãos da administração e conselhos, conforme previsão expressa no estatuto da entidade.

NOTA 16 – INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL E ABERTURA DA FILIAL

No início do exercício de 2022, em virtude do andamento do processo que se iniciara em 25/11/2021, conforme Reunião do Conselho de Administração da Instituição Comunitária de Crédito – Portosol, inscrita no CNPJ 00.997.885/0001-45, votou-se pela extinção da mesma.

Desta forma, em obediência ao artigo 45, também de acordo com o Parágrafo único do artigo 38. Inciso IV da lei 9.790/99, o seu Patrimônio Social foi transferido para a INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCR – RS, que assumiu a integralidade suas operações, culminando na constituição da abertura como Filial, no seu mesmo local de funcionamento.

NOTA 17 – EVENTOS SUBSEQUENTES – COVID 19

Conforme amplamente divulgado, em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou surto de pandemia mundial, causado pelo Coronavírus (COVID-19).

Houve avanços com relação a imunização da população, principalmente pelo advento das vacinas no ano de 2021 e 2022, porém devido as variantes do vírus, os cuidados permanecem até os dias atuais.

Apesar da Instituição ter apresentado um resultado positivo nos últimos exercícios, o cenário permanece desconhecido para 2023, havendo uma forte insegurança pelo país que atinge todos os setores da economia. A pandemia vem causando alta volatilidade em todos os ativos financeiros, de forma que a INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCR – RS, vem acompanhando os acontecimentos recentes e avaliando os eventuais impactos sobre suas operações, bem como tomando todos os cuidados necessários conforme protocolos de saúde emitidos pelo Governo Estadual e Municipal.